

# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 16ª REGIÃO

## COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

### ATA DE REUNIÃO VIRTUAL

Aos **quinze** dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, às 14:30 horas, utilizando-se do sistema online de comunicação, reuniram-se virtualmente, o Exmo. Sr. Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes, Fernanda Cristina Muniz Marques, José Ribamar Veloso Neto, Celson de Jesus Moreira Costa, Marcos Pires Costa, Luiz Henriques Pontes Franco, Andréa Saldanha Abdalla Morais e Silva, Marilda Amorim Pereira de Sousa e Daniel Leite Guimarães, Coordenador, Coordenadora Substituta e membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRT16.

A reunião deu-se com o propósito de apresentar à Comissão o Relatório de Desempenho em 2021 do PLS 2021/2022 (juntado no PA6243/2020), para que, em sessão fosse dado ciência aos membros presentes, sobre a evolução dos indicadores socioambientais constantes no Anexo I da Resolução CNJ Nº 400/2021, suas metas e grau de cumprimento das mesmas, bem como o Plano de ação executado e a executar em 2022.

O Coordenador e Coordenadora substituta da Comissão abriram os trabalhos e teceram as considerações iniciais.

A apresentação do referido plano ficou a cargo do secretário da Comissão Daniel Leite Guimarães, o qual, imediatamente, após a manifestação inaugural, começou a discorrer sobre a evolução de 20 indicadores socioambientais, constantes no Plano de Logística Sustentável 2021/2022, o qual foi encaminhado para aprovação da presidência em outubro de 2021.

No decorrer da reunião foi franqueada a palavra aos membros para apontamentos pertinentes.

O Sr. Marcos Pires Costa, acentuou a necessidade de um esforço maior junto aos gestores dos indicadores, especificamente, no caso dos índices de maior peso: Energia Elétrica, água e esgoto, papel e copos descartáveis, visto que nosso tribunal estava apresentando resultados insatisfatórios nos índices que compõem a meta referente ao IDS – Índice de Desenvolvimento Sustentável e que esta situação afetava diretamente o Prêmio CNJ de Qualidade.

A Sra. Fernanda Muniz salientou que a administração tinha efetuado, no ano de 2021, ajustes no contrato de Energia Elétrica visando diminuir a Demanda Contratada no Prédio-

Sede, Fórum Astolfo Serra, Vara do Trabalho de Bacabal e de Pinheiro. Observou, também que a despesa deste item tinha diminuído, desde então.

O Servidor Daniel Guimarães salientou que todos os esforços estavam sendo empreendidos (reuniões virtuais, abordagens pontuais junto aos gestores via telefone, monitoramento constante dos índices e disponibilização em forma de ranking na página do TRT/16 Socioambiental, cientificação da administração quanto aos resultados. Também salientou que a portaria GP 414/2021 estabeleceu que as três melhores posições do IDS fariam menção honrosa em espaço próprio do portão de gestão socioambiental e receberiam certificados e as três última colocadas deveriam apresentar justificativas e informar medidas saneadoras.

A Servidora Silvia Castro também mencionou que, na sua opinião, o Setor de Gestão Socioambiental estava se reestruturando, que os resultados insatisfatórios do IDS remontava, recorrentemente, aos exercícios anteriores e que com as providências que o Setor estava implementando, paulatinamente, os resultados iriam surgir.

Nada mais havendo a declarar eu, Daniel Leite Guimarães, Secretário de Comissão Gestora do PLS, lavrei a presente ATA, a qual foi remetida por e-mail para o Dr. Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes, e depois de lida e achada conforme pelo mesmo, vai assinada apenas pelo Secretário da Comissão, uma vez que a mesma foi realizada à distância, em virtude das medidas protetivas adotadas pelo TRT16, como forma de prevenção contra o coronavírus.

Daniel Leite Guimarães